



Carta Pastoral
BATIZADOS NA ESPERANÇA
À Igreja que vive nos Açores
sobre o Projeto Pastoral Diocesano

Introdução

A esperança, alicerce da Igreja

Evitar a tentação da desesperança

Objetivos desta Carta

Prioridade à escuta

Fundamentação espiritual e teológica do Projeto Pastoral

Quem sou eu na Igreja?

Conhecer-se como Igreja é saber onde mora Jesus

A primordial urgência de conversão

Conversão e sinodalidade

Uma Igreja hierárquica e sinodal

A koinonia (comunhão) em primeiro lugar

Diocese de Angra: todos convidados à comunhão

Linhas mestras para o primeiro triénio

Método e descrição

Dignidade e promoção do laicado

Participação de todo o Povo de Deus

Missão e serviço sacerdotal

Importância de uma pastoral do primeiro anúncio

Piedade popular

Função subsidiária do Projeto Pastoral Diocesano

Disposições práticas

Serviço de Coordenação da Pastoral Diocesana

Serviço de Coordenação da Formação Diocesana

Instituto Católico de Cultura

Seminário Episcopal de Angra

Equipa Sinodal

Disposições finais

Obrigatoriedade e dinamismo dos Conselhos Pastorais

Introdução

1. Batizados na esperança, os cristãos, também na Diocese de Angra, sentem o apelo a ser, neste mundo desesperançado, um vigoroso sinal de contradição. É, por isso, sob o signo da esperança que me proponho escrever esta Carta Pastoral, dirigida aos presbíteros, aos diáconos, aos consagrados, aos leigos, a todos os batizados e a todas as pessoas de boa vontade que vivem na Diocese de Angra. É, de facto, em pleno Ano Jubilar da Esperança que a nossa Diocese inicia uma caminhada eclesial que terá como ponto alto o ano de 2034, celebração dos cinco séculos da data em que foi criada.

A esperança, alicerce da Igreja

2. «A esperança não engana», diz-nos São Paulo, «porque o amor de Deus foi derramado nos nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado»¹. De facto, animados pelo Espírito Santo, os cristãos de Roma eram convidados a enfrentar os desafios do amanhã com um olhar de esperança, a virtude que não permitia o desânimo perante adversidades tão densas como a perseguição e o martírio. As primeiras Igrejas viviam a esperança de uma forma muito palpável, não só a última Esperança, a visão de Deus na Eternidade, mas a própria esperança na implementação do Reino dos Céus na Terra. É esta esperança, plasmada no Pai-nosso (venha a nós o Vosso reino), que a Igreja é constantemente convidada a fomentar, sob pena de se tornar mais sedentária e menos peregrina.

3. O *Sermão da Montanha*, que Mateus nos relata no início da pregação, mostra-nos Jesus a subir a um monte², apresentando-O como o “novo Moisés”, que também subiu a um monte, o Horeb, e daí recebeu do Senhor o Decálogo, a Lei, fundamento e carta magna da Antiga Aliança. Esse paralelismo, que mostra Moisés como prefiguração de Cristo, leva-nos à conclusão de que as Bem-aventuranças são, para a Nova Aliança o que o Decálogo é para a Antiga: um momento fundador.

4. Ao contrário do Decálogo, as Bem-aventuranças não são leis nem códigos de conduta que possam proibir ou obrigar. Não são constatações de facto nem estados de alma. São promessas de esperança. A esperança é, então, alicerce da Igreja, fundamento da fé, sal que dá sabor à caridade. Facilmente concluímos que uma fé ou uma caridade, privadas de esperança, se resumem a uma série de boas intenções sem consequências. A um cristão não é permitida a desesperança, um estilo de vida cada vez mais comum, que se traduz no viver um dia de cada vez sem esperar nada, sem a angústia do desespero nem o ânimo da esperança.

¹ Rm 5, 1-2, 5.

² Mt 5, 1.

Evitar a tentação da desesperança

5. A desesperança é, de facto, um sinal do nosso tempo e um dos grandes desafios que a Igreja enfrenta. O futuro é uma zona escura e perigosa. Os homens construíram a sua “torre de Babel” e, como profetizou Nietzsche, substituíram o próprio Deus, “libertando-se” assim das amarras da submissão, mas encontrando a ameaça do vazio e do nada e aceitando-a, esvaziando a vida de propósito e de sentido, como se ela não passasse de um contar dos dias (*kronos* sem *Kairos*) para a morte, o último dos vazios. Esta desesperança, que se vive quase docemente, sem angústia nem compromisso, pode também afetar a Igreja nos seus membros. E este é um grave perigo, porque a desesperança se disfarça facilmente de boas intenções e belas ideias, mas destrói todo o dinamismo do Espírito no coração da própria Igreja. Pode levar ao hábito de ver sempre e só o que está mal, a alimentar o pessimismo e a culpabilização, fugindo a dar o próprio contributo à edificação do corpo de Cristo no seio da Mãe Igreja. É neste sentido que convido todos os cristãos a reavivar constantemente a esperança, no lançamento deste Projeto Pastoral.

Objetivos desta Carta

6. O primeiro objetivo desta Carta Pastoral é convocar todos para a esperança. Essa esperança será então o sal que dará sabor à Caminhada Diocesana. Pretendo também sinalizar os aspetos mais salientes da Caminhada, contribuindo assim para clarificar o sentido da mesma. É meu dever zelar para que a Igreja que vive nos Açores caminhe unida, com as suas diferenças, num projeto que se pretende sinodal: todos, todos, todos somos convidados a contribuir e a beneficiar das orientações e das grandes linhas do Projeto Pastoral. Esta Carta atenderá sobretudo ao primeiro triénio do Projeto Pastoral, dedicado ao Anúncio, numa Igreja que se repensa, que redescobre sempre o sentido do Batismo, que enfrenta as suas luzes e sombras, que vai ao encontro e que não pode deixar de estar sempre atenta à voz de Jesus que nos convida a passar à outra margem.

Prioridade à escuta

7. Todo este processo não começou agora. O Projeto alicerça-se em longos anos de trabalho, auscultação e planificação e só assim se pode entender que o que estamos agora a iniciar não nasce por geração espontânea, mas é fruto de um longo percurso. Aqui saliento o grande evento que foi o Congresso Diocesano de Leigos (1989/1992), cujas principais conclusões manifestam ânsias admiravelmente semelhantes às do nosso tempo, e os contributos da Caminhada Sinodal na Diocese de Angra (2019/2022) que, na linha do Congresso de Leigos, apresenta conclusões e propostas que não podemos alienar.

Fundamentação espiritual e teológica do Projeto Pastoral

Quem sou eu na Igreja?

8. O Projeto Pastoral Diocesano compreende três triénios que vão buscar inspiração nos três grandes marcos da Igreja que evangeliza: o Anúncio, a Ação e a Celebração. Para este primeiro Triénio (2025/2028) somos convidados, em primeiro lugar, a conhecermos-nos como Igreja, a passarmos à outra margem e a fazermos-nos ao mundo, numa conceção de “Igreja em saída”, muito querida ao Papa Francisco. Acima de tudo convém compreendermos que, se soubermos responder à questão primordial – Cristão, que dizes de ti mesmo? – teremos argumentos suficientes para aprofundar as outras etapas do nosso

caminho. Desde os Padres da Igreja aos teólogos contemporâneos, as respostas a esta pergunta têm servido de alimento no caminhar da Igreja, num constante empenho de fidelidade ao Evangelho, à Tradição e ao homem contemporâneo das várias etapas históricas que a Igreja viveu.

Conhecer-se como Igreja é saber onde mora Jesus

9. De alguma forma, conhecer-se como cristão e como Igreja é responder à pergunta de João e André: «Rabi, onde moras?»³. Se o grande desejo do santo é identificar-se com Cristo, o primeiro passo é, certamente, encontrá-l'O. Saber onde Jesus mora é, de alguma forma, o resumo de toda a demanda espiritual do cristão. E onde morava Jesus, qual era a Sua casa? Os Evangelhos não são precisos neste aspeto. Apenas sabemos que Jesus não tinha onde reclinar a cabeça⁴, não tinha, portanto, morada permanente, vivia uma espécie de nomadismo, de cidade em cidade, de casa em casa, tanto nas sinagogas como nos antros dos pecadores, em casa dos fariseus como nos pardieiros dos leprosos. A casa de Jesus eram os homens e as mulheres que foram “encontrados” por Ele.

10. Do mesmo modo, se nós somos, de alguma forma, a casa onde Jesus mora ou quer morar, Ele é, definitivamente, a nossa morada. Encontrar a casa de Jesus é encontrá-l'O. São muitas, nos Evangelhos, as pessoas que vão à procura de Cristo e O encontram. Desde o jovem rico ao leproso, do centurião romano à mulher com fluxo de sangue, de Jairo a Nicodemos, desde os fariseus, escribas e doutores da Lei para O experimentarem, até ao próprio Herodes, desejoso de O conhecer. Um dos mais belos cenários de alguém que vai à procura de Jesus passa-se em casa de Simão, o fariseu, quando uma mulher, conhecida na cidade como grande pecadora, lava os pés do Mestre com as suas lágrimas, beija-os e enxuga-os com os seus cabelos e unge-os com um caro perfume. Aquela mulher, que o Evangelho não identifica, não foi à procura de Jesus para O experimentar nem para que Ele a curasse: todo o seu gesto é uma metáfora de agradecimento, entrega, confiança total naquele, o único que, de alguma forma, já a salvou

11. Jesus é o rosto misericordioso do Pai e os seus gestos são reveladores de um amor que supera o pecado e traz dignidade aos seus filhos. O comentário de Jesus demonstra-o: «Vês esta mulher? (...) Os seus muitos pecados ser-lhe-ão perdoados porque muito amou, mas àquele a quem pouco se perdoa, pouco ama»⁵. É um risco “habituarmo-nos” a ser cristãos - porque o somos deste que nos conhecemos -, pensando que não seja dirigida a nós a expressão de Jesus «os seus muitos pecados ser-lhe-ão perdoados». A essência do ser e do agir cristãos radica no encontro com Jesus, no amar como Ele e viver perdoado e renovado por Ele. O cristão é chamado a dar mais que o suficiente, a dar e receber tudo «porque muito amou».

A primordial urgência de conversão

12. Esse «muito amou», sobretudo para os cristãos mais comprometidos, não nos diz outra coisa senão da necessidade de conversão diária ao Coração de Jesus, na Sua Igreja. Nada fará sentido dentro da Igreja sem a primordial e mais radical condição no seu seio: a nossa conversão, pessoal e comunitária. A espiritualidade sinodal convida-nos a passar do “eu”

³ Jo 1, 38.

⁴ Mt 8, 20.

⁵ Lc 7, 47.

ao “nós”, superando todo o individualismo e toda a pastoral autorreferencial. Trata-se de aprender a escutar, discernir e decidir em conjunto, não como mera estratégia organizativa, mas como autêntico exercício de comunhão espiritual, onde cada batizado participa na busca da vontade de Deus. O discernimento comunitário é, assim, um ato de fé no Espírito Santo, que fala através de todo o Povo de Deus.

13. Na lógica do nosso Projeto Pastoral, a conversão a Jesus é a sua condição e a sua finalidade: nada se pode fazer sem um profundo desejo de conversão e tudo será feito tendo em conta essa necessidade constante de conversão. A *metanoia* (*conversão*) não é só uma mudança de mentalidade, mas é sobretudo disponibilidade de coração para mudar, para não estacionar sobre as próprias experiências humanas, para ser, numa palavra, nómada de Jesus, seguir os Seus passos para viver a verdadeira liberdade dos santos, como dizia Santo Agostinho ao comentar a carta de São João: “Ama e faz o que quiseses. Se calares, calarás com amor; se gritares, gritarás com amor; se corrigires, corrigirás com amor; se perdoares, perdoarás com amor. Se tiveres o amor enraizado em ti, nenhuma coisa senão o amor serão os teus frutos”⁶.

Conversão e sinodalidade

14. Se a conversão é um processo de contínua renovação espiritual, então não se pode entender o homem e a Igreja senão como peregrinos. A sinodalidade, entendida pelo Papa Francisco como sendo constitutiva da Igreja, também foi acolhida pelo Papa Leão XIV, que pretende continuar no trilho de Francisco, como afirmou aos Bispos italianos: «Que a sinodalidade se torne uma mentalidade, no coração, nos processos de tomada de decisões e nos modos de agir»⁷. A Diocese de Angra tem dado, nos últimos anos, alguns passos significativos na vivência sinodal, nomeadamente os processos de auscultação acima referidos, os espaços de sinodalidade (Conselhos Pastorais, Económicos, etc.), as estruturas de comunhão e participação que já existem nos movimentos e serviços diocesanos. No entanto, não é difícil apercebermo-nos de que, mais importante do que as estruturas, os espaços e os processos, urge uma verdadeira abertura à sinodalidade e uma transformação protagonizada por ela.

15. A sinodalidade será, pois, o modelo que vamos seguir, particularmente nos próximos anos. Sendo iniciativa do pontificado de Francisco a necessidade de a pôr em prática de forma efetiva e plena, a sinodalidade remonta, no entanto, aos primórdios da Igreja e sempre acompanhou, em modalidades diversas, a sua história. Recentemente, e dada a ênfase do Papa Francisco e do Papa Leão XIV numa Igreja sinodal de comunhão, participação e missão, surgiram algumas perplexidades relacionadas com a questão de a Igreja ser constitutivamente sinodal e hierárquica. As duas realidades não se contrapõem.

Uma Igreja hierárquica e sinodal

16. Hoje, e para além da dimensão hierárquica da Igreja, valoriza-se a sinodalidade como sendo, também ela, constitutiva da Igreja e, por isso, falamos de “Igreja sinodal”. Esta novidade de linguagem, que pede uma atenta e precisa definição teológica, atesta uma aquisição que vem amadurecendo na consciência eclesial a partir do Magistério do Concílio Vaticano II e da experiência vivida nas Igrejas locais e na Igreja Universal desde

⁶ Santo Agostinho, *Sermões* (14-15)

⁷ Papa Leão XIV, *Discurso na CEI*, 17 de junho de 2025.

o último Concílio até hoje. A conceção conciliar da Igreja como Povo de Deus implica que ela seja simultaneamente hierárquica e sinodal. O Concílio Vaticano II, quando se refere ao múnus episcopal de governar, define a função hierárquica da Igreja como serviço⁸. De um modo semelhante, quando a Assembleia Sinodal fala da sinodalidade, esta é entendida como um processo de serviço à Igreja, de humilde escuta da voz do Espírito, de «renovação espiritual e de reforma estrutural para tornar a Igreja mais participativa e missionária, isto é, mais capaz de caminhar com cada homem e mulher irradiando a luz de Cristo»⁹.

17. A sinodalidade não designa um simples procedimento operativo, mas a forma peculiar na qual a Igreja vive e opera. A Comissão Teológica Internacional, no documento *A Sinodalidade na vida e na missão da Igreja* de 2018, afirma explicitamente: «O ensinamento da Escritura e da Tradição atesta que a sinodalidade é dimensão constitutiva da Igreja, que através dela a Igreja se manifesta e configura como Povo de Deus em caminho e assembleia convocada pelo Senhor ressuscitado»¹⁰. E ainda: «A sinodalidade, como dimensão constitutiva da Igreja, oferece-nos o quadro interpretativo mais adequado para compreender o próprio ministério hierárquico. (...) Jesus constituiu a Igreja pondo no seu vértice o Colégio Apostólico, no qual o apóstolo Pedro é a “Rocha”, aquele que deve confirmar os irmãos na fé. Mas nessa Igreja, aqueles que exercem a autoridade chamam-se “ministros”, pois, segundo o significado originário da palavra, são os menores entre todos»¹¹.

A koinonia (comunhão) em primeiro lugar

18. A dimensão hierárquica e a dimensão sinodal da Igreja só entram em conflito quando a *koinonia* (comunhão) dentro da Igreja se torna, de algum modo, precária. Das cerca de vinte vezes que o termo aparece no Novo Testamento, merece destaque esta expressão: «Eram assíduos ao ensinamento dos Apóstolos, à união fraterna, à fração do pão e às orações»¹². Esta é a descrição da primeira comunidade cristã, onde o ensinamento dos Apóstolos e a comunhão fraterna não se contradiziam, mas formavam a essência da própria comunidade. Comunhão hierárquica e sinodalidade completam-se no dinamismo da Trindade: o Pai chama, o Filho caminha connosco, o Espírito guia e anima a comunhão. Se a dimensão hierárquica garante a unidade da fé e da missão, a dimensão sinodal assegura a corresponsabilidade e a participação de todos os batizados. Ambas são inseparáveis, pois a Igreja é sacramento de comunhão, expressão histórica do amor trinitário.

Diocese de Angra: todos convidados à comunhão

19. O Projeto Pastoral Diocesano, que iniciamos agora, participa e inspira-se também no movimento sinodal da Igreja Universal, que se tem desenvolvido nos últimos anos. Promovido pelo Papa Francisco e confirmado por Leão XIV, como já escrito acima, o movimento sinodal não é apenas um parêntese na sua história recente da Igreja, como se

⁸ Concílio Vaticano II, *Lumen Gentium*, 27.

⁹ XVI Assembleia Geral do Sínodo dos Bispos, *Para uma Igreja Sinodal, Comunhão, Participação e Missão*, 28.

¹⁰ Comissão Teológica Internacional, *A Sinodalidade Na Vida e na Missão da Igreja*, 42

¹¹ *Ibidem*, 52.

¹² Act 2, 42.

fosse uma moda que passa, mas faz parte constitutiva do caminhar da própria Igreja, que podemos entender como uma forma de aplicar as grandes linhas de reforma do Concílio Vaticano II.

20. É um meu grande desejo que a Igreja nos Açores, e apesar de todas as diversidades, a começar pelas geográficas, se compreenda numa perspectiva de comunhão, que faz parte da sua essência. Uma Igreja dividida entre os seus membros assemelha-se àquela afirmação de Jesus de que todo o reino dividido contra si mesmo ficará devastado¹³. Olhemos então para a Igreja como comunidade que, fiel ao ensinamento e ao testemunho dos apóstolos, caminha com Cristo para a santidade, sendo, assim, missionária, “em saída”, luz para o mundo e ao serviço do mundo, como sacramento universal de Salvação.

21. A Igreja que vive nos Açores, comungando na Igreja Universal, tem, no entanto, características muito próprias. Salientamos, em primeiro lugar, a sua condição arquipelágica, estendendo-se por mais de seiscentos quilómetros e com nove ilhas, cada uma com a sua identidade muito típica; destaca-se também a dimensão social da fé do nosso povo, evangelizado desde os primórdios do povoamento, uma fé muito alicerçada nas tradições, que, em alguns casos, sentem a descristianização que a Igreja sofre em muitos outros lugares; somos também um povo de migrantes, que espalhou pela diáspora a sua cultura e a sua fé, numa reciprocidade a que a Igreja não pode ficar indiferente; noutra dimensão social, a pobreza endémica, cultural, social e económica constitui talvez a mais grave de todas as problemáticas da Região, como se fosse um destino, a que a Igreja, necessariamente, tem que resistir. Estas e outras características da identidade açoriana devem necessariamente ser tidas em conta na hora de encetarmos a caminhada proposta pelo Projeto Pastoral, pois é nos Açores e para os Açores que ela foi pensada.

Linhas mestras para o primeiro triénio

Método e descrição

22. Como já foi escrito acima, a metodologia do Projeto Pastoral assenta em três triénios que procuram corresponder, embora apenas numa visão limitada, à própria vida e pregação de Jesus: começou pelo anúncio do Reino dos Céus, confirmou esse anúncio com atos salvíficos e a Sua vida culminou na suprema celebração da Sua Paixão, Morte e Ressurreição. O Projeto partiu da auscultação local e próxima que teve o momento alto na assembleia conjunta entre os Conselhos Presbiteral e Pastoral Diocesano. Os subsídios apresentados resultam do trabalho conjunto e sinodal de vários Serviços e pessoas a quem devemos agradecer. Ele pretende ser um espírito que ilumina a caminhada pastoral de cada paróquia, zona, ouvidoria, Diocese inteira. Eminentemente subsidiário e composto principalmente por linhas de orientação, o Projeto Pastoral debruça-se, então, no primeiro triénio, sobre o Anúncio.

23. A expressão “Passemos à outra margem” – lema que acompanhará todo o primeiro triénio – é significativa: toda a missão, toda a evangelização implica um sair de si para ir ao encontro do outro. Quando Jesus envia os discípulos em missão, ordena que não levem duas túnicas, nem alforge, nem dois pares de sandálias, isto é, que levem consigo apenas o que é necessário e deixem atrás o que impede a urgência da missão. Mas, para saber

¹³ Mt 12, 25

para onde vamos, precisamos saber, primeiro, quem somos. É o mote do primeiro ano deste primeiro triénio (Cristão, que dizes de ti mesmo?), que tem como objetivos redescobrir o sentido do Batismo, apostar na formação e na dignificação do laicado e reconhecer quem somos na Igreja e que somos Igreja.

24. O segundo ano do triénio põe a pergunta de como chegar à outra margem, numa Igreja que enfrenta as luzes e as sombras da sua história, que pretende ir ao encontro dos que se afastaram e que quer valorizar o sentido comunitário da fé. Uma Igreja missionária é uma Igreja que serve, que combate a autorreferencialidade, que questiona continuamente a dimensão humana do seu agir, mas que também não pretende viver em modo de “pastoral de manutenção”, lançando-se ao encontro do outro com a beleza da proposta de Jesus Cristo que, por si só, basta para converter os corações.

25. O terceiro ano deste triénio abre ainda mais o leque da missão da Igreja, convidando-a a fazer-se ao mundo. É aqui que entra o diálogo com as mais diversas dimensões sociais, desde a cultura ao desporto, desde o diálogo inter-religioso à política, desde a arte ao trabalho humano. É preciso ousar novos caminhos de evangelização nesta Igreja nos Açores, que lançou tantos missionários no mundo e não pode renunciar a este seu privilégio.

26. Desejo, em primeiro lugar, que, a este percurso, presida uma eclesiologia de comunhão, como a propõe o Concílio Vaticano II. A Igreja das comunidades paulinas e da *koinonia* (comunhão) primordial é, na sua essência, a mesma que nós somos hoje, embora com dimensões e especificidades diferentes. A nossa Diocese, como muitas outras, tem vindo a sofrer um grave decréscimo da prática sacramental e um doloroso empobrecimento da participação laical na vida da própria Igreja. Este fenómeno é um dos grandes desafios de toda a Igreja, a nossa também.

Dignidade e promoção do laicado

27. Por isso, um dos grandes objetivos deste primeiro triénio é continuar e incentivar a promoção do laicado dentro da Igreja. Na perspetiva do Vaticano II, o Batismo é como que a porta dos sacramentos e da Igreja, que nos insere no Corpo de Cristo e no Povo de Deus. Dentro da Igreja, Deus tem uma proposta de amor para cada um de nós e a nossa missão é descobri-lo, e concretizá-lo, e nisto, encontrar a nossa alegria. Essa proposta de amor concretiza-se na vida dos fiéis: os clérigos, os religiosos e os leigos. Os leigos que não servem apenas para escutar e aprender. Eles são sujeitos ativos e operativos dentro da Igreja. Eles são sujeitos ativos e operativos dentro da Igreja, cada um na sua vocação específica, inspirados, também eles, pelo Espírito Santo. Diz o Concílio que «O apostolado dos leigos é participação na própria missão salvadora da Igreja, e para ele todos são destinados pelo Senhor, por meio do Batismo e da Confirmação»¹⁴.

28. Neste sentido, todos devem tomar consciência que são enriquecidos com os carismas com que o Espírito Santo inunda o Povo de Deus, o que deve conduzir a “uma participação mais ampla dos Leigos e Leigas nos processos de discernimento eclesial e em todas as fases dos processos de decisão (elaboração e tomada de decisões)”¹⁵. Por isso, tarefa primordial neste percurso diocesano é promover a dignidade do laicado,

¹⁴ Concílio Vaticano II, *Lumen Gentium*, 33.

¹⁵ Documento Final da XVI Assembleia Geral ordinário do Sínodo dos Bispos, 77

sobretudo através da formação e da promoção espiritual, de forma que possamos enriquecer a Diocese com um laicado comprometido, ativo, plenamente Igreja, nos seus ambientes.

Participação de todo o Povo de Deus

29. À luz do caminho sinodal que toda a Igreja percorre, sinto o apelo a promover uma participação mais ampla e efetiva de todo o Povo de Deus nos processos de discernimento, decisão e missão. Muitas responsabilidades na vida diocesana e paroquial não estão ligadas ao Sacramento da Ordem e, por isso, podem e devem ser assumidas também por fiéis leigos, homens e mulheres, bem como por consagrados e consagradas. Queremos, assim, continuar a favorecer um acesso efetivo a funções de responsabilidade e a papéis de liderança nos diversos organismos e serviços pastorais da Diocese, de modo que a riqueza de carismas presentes no nosso povo se torne plenamente fecunda para a missão da Igreja nos Açores. Peçamos a Deus que se crie um ambiente que favoreça uma fecunda participação das mulheres e homens leigos, dos jovens e das famílias em toda a pastoral diocesana. Tal corresponsabilidade exige processos de escuta, formação e acompanhamento, de forma que todos, segundo a sua vocação e missão, possam contribuir para uma Igreja mais sinodal, missionária e fraterna.

Missão e serviço sacerdotal

30. Nascemos todos iguais no Batismo. Também o clérigo, o padre, já foi leigo e nunca apagou essa identidade da sua existência que o faz ser membro do Povo de Deus. Pelos carismas dados por Deus e os ministérios respetivos desempenhados a favor da comunidade (a vocação própria), enriquecemos a Igreja. É bela e ao mesmo tempo exigente a vocação sacerdotal daqueles que, por amor do Reino dos Céus, se tornaram livres deles próprios, de pessoas e bens, porque o Senhor é a sua herança e cálice. Aos presbíteros, faço um pedido do fundo do coração: encarem a vossa vocação e missão como o profeta Jeremias encarou a sua. A princípio, reconheceu as suas limitações e medos: «Ah! Senhor Deus, eu não sei falar, pois ainda sou um jovem»¹⁶. Depois, vencido e seduzido por Deus exclamou: «Seduziste-me, Senhor, e eu deixei-me seduzir. Tu me dominaste e venceste. Sou objeto de contínua irrisão, e todos escarnecem de mim!»¹⁷. É exatamente esse o meu pedido: deixem-se, antes de tudo e acima de tudo, seduzir por Jesus Cristo, que veio, não para ser servido, mas para servir¹⁸.

31. No percurso da nossa caminhada sinodal, pede-se aos presbíteros que vivam o seu ministério numa atitude de proximidade, de acolhimento e de escuta de todos¹⁹. O “ministério” do acolhimento, mesmo não instituído, está na base da caminhada sinodal e, muito mais do que isso, está no coração e na vida de Jesus. Sublinho o papel central do presbítero no percurso destes nove anos e, nomeadamente, no primeiro triénio: o presbítero é o animador e o promotor da sinodalidade nas realidades onde vive o seu ministério. Entendo a “desclericalização” como o processo necessário de dar a cada batizado (sacerdote, consagrado, leigo) o papel que lhe cabe para que a vocação missionária da Igreja seja eficaz e segundo a vontade de Cristo. Dos presbíteros e

¹⁶ Jr 1, 6.

¹⁷ Jr 20, 7.

¹⁸ Concílio Vaticano II, *Presbyterorum Ordinis*, 9.

¹⁹ XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, 72.

diáconos – também estes, na sua vocação específica, chamados a colaborar com os bispos e a servir a Igreja – espera-se o melhor empenho e dedicação a que são chamados. A dispersão das nossas ilhas tende a isolar-nos e a tentação do fechamento e do isolamento eclesial não pode nunca sobrepor-se à urgência da comunhão. «Vede como eles se amam» é a primeiríssima evangelização, sem a qual tudo se torna incoerente. Este deve ser um vigoroso sinal de unidade e harmonia.

Importância de uma pastoral do primeiro anúncio

32. No sentido de promover a espiritualidade do Povo de Deus, e para além das exigências da formação, é imperativo encontrar espaços, momentos e estruturas de primeiro anúncio e conversão, tais como retiros espirituais, encontros de oração e espiritualidade, etc., que visem promover o encontro com Cristo, base e fundamento de toda a fé. Não esqueçamos que este é o triénio do Anúncio, onde urge a necessidade de descobrir sempre novas formas de apresentar o verdadeiro rosto de Jesus.

Piedade popular

33. Especial atenção merece a piedade popular neste triénio, manancial de devoção e dedicação do povo açoriano, espaço onde o pulsar da fé das nossas gentes se manifesta da forma mais variada, nem sempre purificada, mas fonte de inspiração para uma pastoral que se quer próxima e dialogante para ir ao âmago da fé do povo e dar-lhe um sentido mais eclesial. A incondicional devoção do povo açoriano ao Espírito Santo é uma das mais ricas expressões de piedade popular que conheço. Admiro também a espiritualidade das Romarias Quaresmais e outras, as procissões tradicionais das paróquias, a devoção do povo em santuários, como o do Senhor Santo Cristo dos Milagres. Uma das peculiaridades da piedade popular é que a iniciativa do ato religioso parte do coração do povo. Ele é sujeito e não mero objeto ou destinatário da celebração, da pregação ou da evangelização. É imperioso, aqui, recordar aquele momento em que Moisés diz aos anciãos: «Quem dera que todo o povo do Senhor profetizasse, que o Senhor enviasse o seu Espírito sobre ele!»²⁰ Na piedade popular, o povo evangeliza também, é sujeito da missão. Esta é uma lição que devemos aprender.

Função subsidiária do Projeto Pastoral Diocesano

34. O Projeto Pastoral Diocesano é essencialmente subsidiário e sugestivo. Não pretende impor-se às estruturas intermédias da Igreja Diocesana, ouvidorias, paróquias, serviços ou movimentos. Cada uma dessas estruturas será sempre responsável por adaptar os seus objetivos pastorais a partir da inspiração do Projeto Pastoral. O que se propõe é que toda a atividade da Igreja Diocesana, incluídas as estruturas acima referidas, se inspire no Projeto Pastoral. Por isso, todas as estruturas pastorais devem ser compreendidas não apenas como órgãos de planificação, mas como espaços de discernimento espiritual. A sinodalidade não se reduz a reuniões ou documentos: é uma forma de viver, em oração e diálogo, a corresponsabilidade de todo o Povo de Deus.

Disposições práticas

Serviço de Coordenação da Pastoral Diocesana

²⁰ Nm 11, 29.

35. O trabalho do Serviço de Coordenação da Pastoral Diocesana foi, é e será fundamental, tanto na elaboração como na consecução deste Projeto. Depois de elaboradas as linhas fundamentais do Projeto Pastoral, cabe a este Serviço acompanhar a sua implementação, quer através do caderno/subsídio, que em breve estará à disposição de todos, quer na calendarização de todos os programas, propostas e iniciativas que venham das bases e certamente se inserem no Projeto Pastoral. É, por isso, imperativo que se comunique ao Serviço Diocesano da Pastoral todas as iniciativas de relevo para a sua calendarização e locação no Projeto.

Serviço de Coordenação da Formação Diocesana

36. Da mesma forma, e sobretudo neste primeiro triénio, o Serviço de Coordenação da Formação Diocesana tem a tarefa de organizar e preparar ofertas de formação para todos, clero, leigos, escolas de ouvidoria, etc. A Diocese quer proporcionar a toda a Igreja nos Açores momentos e estruturas capazes de corresponder às exigências formativas e de promoção do Povo de Deus na Diocese. O caderno/subsídio que chegará à mão de todos recolhe o fruto do trabalho do Serviço de Coordenação, apresentando já propostas concretas. Na sua missão está em permanente diálogo com o Instituto Católico de Cultura e o Seminário Episcopal de Angra, entidades que, na Diocese, estão vocacionadas para promover a formação e o diálogo com a cultura e o mundo.

Instituto Católico de Cultura

37. Neste movimento que o Projeto Diocesano inicia, o Instituto Católico de Cultura terá, nas suas variadas valências, a responsabilidade de acompanhar o projeto DIO 500, iniciativa que pretende apresentar a história religiosa dos Açores nos últimos 500 anos. O Instituto Católico de Cultura visa também, neste Projeto Pastoral, promover e acompanhar o diálogo entre a Igreja e o mundo, atividade que terá mais amplitude no terceiro ano deste triénio, que ousa novos caminhos no diálogo. Temos consciência da necessidade de uma nova linguagem, teológica e cultural, que nos habilite a estabelecer um diálogo construtivo com o mundo, um reavivar do Pentecostes, no qual a diversidade das línguas não impede o encontro.

Seminário Episcopal de Angra

38. O Seminário Episcopal de Angra, outrora luminar na cultura açoriana – para além da sua função primordial, a de formar sacerdotes – continua a sua função como irradiador de ensino e cultura. Com os seus formadores e a sua estrutura, e mesmo depois da mudança dos nossos seminaristas para o Porto, o Seminário continuará a sua missão de colaborar com o Serviço Diocesano de Formação, o Instituto Católico de Cultura ou outras instâncias, disponível para promover a educação, a formação e a cultura cristãs.

Equipa Sinodal

39. A Equipa Sinodal foi criada para acompanhar o Sínodo da Igreja Universal e a sua implementação na Diocese. Será responsável pelo esforço de concretização das *Pistas para a fase de implementação do Sínodo*, vindas de Roma, e que oferecem às Igrejas locais de todo o mundo um quadro de referência comum que facilite o caminhar juntos e promover o diálogo que conduzirá toda a Igreja à Assembleia Eclesial de outubro de 2028, em Roma. A sua função, nesta fase de implementação, visa promover e facilitar o

crescimento do dinamismo sinodal dentro dos contextos concretos da Diocese; identificar as ferramentas e metodologias adequadas, incluindo propostas de formação; e levar a cabo as iniciativas adequadas para que sejam dados os passos necessários para uma cultura de corresponsabilidade na evangelização.

Consideradas estas estruturas, disponho então:

Obrigatoriedade e dinamismo dos Conselhos Pastorais

40. Que, até ao fim deste ano pastoral de 2025/2026 se concretizem, em todas as paróquias e, em alguns casos específicos, zonas interparoquiais e de ouvidoria, os respetivos Conselhos Pastorais, estruturas básicas de corresponsabilidade eclesial e espaços fundamentais de sinodalidade. Que os que já existem se possam enriquecer com a presença de outros membros da comunidade, mesmo não sendo do âmbito eclesial, para que o seu carácter eminentemente representativo do Povo de Deus seja eficaz. É do conhecimento geral que tenho pautado a minha relação com os Conselhos, sobretudo Presbiteral e Pastoral Diocesano, por dar a maior importância às suas propostas e conclusões. O carácter consultivo dos Conselhos não os pode remeter para a esfera secundária de serem apenas um repositório ao serviço do Bispo, do Pároco ou do Ouvidor. Como em qualquer comunidade que vive segundo a justiça, na Igreja, o exercício da autoridade não consiste na imposição de uma vontade arbitrária²¹.

41. Pretendo, pois, precisar o sentido do “carácter consultivo” dos Conselhos. A autoridade pastoral tem o dever, como serviço que é, de escutar aqueles que participam na consulta, e, por conseguinte, não pode atuar como se não tivesse escutado. A XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos manifestou clara intenção de reexaminar a expressão «voto meramente consultivo» (*tantum consultivum*), de modo a evitar ambiguidades²². Assim, e sem contrariar o que o Direito estabelece, podemos criar órgãos consultivos alargados e processos de discernimento partilhado. Deste modo, a voz do Povo de Deus torna-se mais audível também nas decisões que tocam a vida da Diocese, sinal de uma Igreja que caminha unida na corresponsabilidade. Não podendo, do ponto de vista canónico, alterar o “carácter consultivo” dos conselhos pastorais, desejo, no entanto, que esse carácter tenha uma dimensão mais ampla, de um ponto de vista pastoral, isto é, que os Conselhos Pastorais, participem ativamente nos processos de decisão. Há casos em que o direito em vigor já prevê que, antes de tomar uma decisão, a autoridade é obrigada a proceder a uma consulta, caso contrário, a decisão será inválida.

Rever os estatutos dos Conselhos Pastorais

42. O Documento Final da XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos oferece-nos algumas perspetivas para a prática da sinodalidade. Uma delas refere-se aos ministérios laicais, uns que já estão instituídos (leitor, acólito, catequista), outros que, vistas as necessidades pastorais²³, podem ser instituídos, como o ministério de coordenar uma pequena comunidade eclesial, de orientar a oração da comunidade, da caridade²⁴. O mesmo documento insiste na participação do Povo de Deus nos processos de decisão,

²¹ XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, 91.

²² Ibidem, 92.

²³ Ibidem, 66.

²⁴ Ibidem, 76.

através das mediações institucionais previstas no Código de Direito Canónico²⁵ e não tem rodeios quando se trata de afirmar a obrigatoriedade destes órgãos de participação²⁶. Dentro desta perspetiva de comunhão, e à luz do caminho sinodal que toda a Igreja percorre, desejo também que se abra a possibilidade de uma mais efetiva participação dos membros leigos dos Conselhos no desempenho de tarefas de coordenação e moderação das sessões de trabalho dos referidos Conselhos.

43. Os Conselhos Pastorais intermédios (interparoquiais, de Ouvidoria e de ilha), menos vinculados juridicamente à Paróquia ou à Diocese, poderão ir já mais além. Vejo, portanto, como um passo importante na corresponsabilidade pastoral, a possibilidade de um leigo, vistas as circunstâncias e se se achar oportuno, poder presidir a estes Conselhos Pastorais intermédios. Tendo esta e outras perspetivas em conta, providenciarei para que se crie uma comissão para a revisão dos estatutos dos diversos Conselhos Pastorais.

Centros de Preparação para o Batismo

44. Propõe-se que, até ao fim deste ano pastoral de 2025/2026, em cada paróquia, ouvidoria ou zona pastoral, seja constituída uma Equipa do Centro de Preparação para o Batismo (CPB). Esta é uma forma de dignificar o sacramento que mais acentuamos neste triénio. Que, tal como nos Centros de Preparação para o Matrimónio, estas equipas possam ser formadas por leigos com responsabilidade pastoral na zona ou ouvidoria, cujo testemunho de vivência do Batismo seja importante para os outros, e acompanhadas por um assistente espiritual, sacerdote ou diácono,

Que se organize também o Catecumenato de acordo com o Ritual de Iniciação Cristã de Adultos (RICA), que prevê etapas bem definidas durante o processo de formação dos adultos que desejam receber os Sacramentos da Iniciação Cristã: Batismo, Eucaristia e Confirmação.

Escolas de Formação Cristã de Ouvidoria

45. Que, durante este primeiro triénio, as Escolas de Formação Cristã de Ouvidoria possam estar em pleno funcionamento, uma vez que esta é uma das exigências básicas de todo o Projeto Pastoral. Ao Serviço de Coordenação da Pastoral Diocesana se pede o acompanhamento da sua criação e avaliação das já existentes. Estas Escolas, para além de poderem identificar localmente necessidades de formação, contam com conteúdos formativos oferecidos pelo Serviço de Coordenação da Formação Diocesana. Solicita-se a todos os agentes de pastoral que difundam as diversas possibilidades de formação que virão explicitadas no caderno/subsídio, de forma que o maior número possível de pessoas possa promover a sua formação cristã.

A Diocese e a Piedade Popular

46. Que todos os Conselhos Pastorais possam ter representantes da piedade popular, de modo que esta faça parte constitutiva da planificação pastoral da Paróquia, Ouvidoria ou Diocese, de forma que não haja uma pastoral desgarrada do povo crente e para que se possa aproveitar e promover o melhor que a espiritualidade e fé populares possam dar.

²⁵ Ibidem, 94.

²⁶ Ibidem, 104.

Proponho que se dialogue com os “responsáveis” de iniciativas relevantes no âmbito da Piedade Popular e se estude a possibilidade e a oportunidade de instituir um Serviço Pastoral Diocesano para a Piedade Popular, de modo que, cada vez melhor, se possa harmonizar a fé popular do povo e a pastoral diocesana. Para tal, proponho que na revisão dos estatutos dos Conselhos Pastorais se providencie a participação ativa destes “responsáveis” no processo de estudo, discussão e aprovação. O mesmo se aplica aos Movimentos Eclesiais.

Assembleia Sinodal?

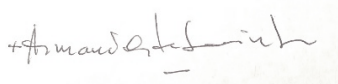
47. A possibilidade de culminar o Projeto Pastoral Diocesano com uma Assembleia Sinodal, bem como a melhor altura, ficaram propositadamente em aberto. Ouvidas todas as instâncias, ficou a decisão de amadurecer a ideia, uma vez que não se podem programar, com certezas matemáticas, nove anos de caminhada pastoral. E isto faz parte da essência da caminhada sinodal: não haver metas rígidas, mas propostas e indicações, proporcionando elasticidade à caminhada. Fica, pois, ao critério do próprio andamento da Caminhada Diocesana a decisão de se realizar uma Assembleia Sinodal no culminar da Caminhada ou no segundo triénio ou, até, se for consensual, adiá-la *sine die*.

Obrigado

48. Finalmente, 2034 é uma meta e um princípio, tal como os prémios de montanha nas voltas de ciclismo: são uma meta, mas o caminho continua, porque a Meta Final é a Salvação. 2034 será certamente um marco. No entanto, a mais não nos obrigamos do que, em 2034, sermos uma Igreja preparada para 2035.

49. Saúdo todas as irmãs e irmãos que caminham nesta linda e exigente Diocese de Angra, e inclino o meu rosto perante a Virgem Maria, Senhora da Esperança, para que, com o Seu Manto de Misericórdia, olhe pelos Açores, a sua Igreja peregrina, e que, em qualquer altura da nossa caminhada, possamos cumprir aquilo a que ela, constantemente, nos convida: «Fazei tudo o que Ele vos disser.»

01 de outubro de 2025, Memória de Santa Teresinha do Menino Jesus, Padroeira dos Missionários



+ Armando, Bispo de Angra